

BACHARELADO EM SAÚDE PÚBLICA - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP - 6021)

A Faculdade de Saúde Pública da USP tem o compromisso com a formação de profissionais sanitaristas, em diferentes níveis de qualificação, desde 1918. O Instituto de Higiene sucedeu o Laboratório de Higiene, criado em 1918 como cadeira da Faculdade de Medicina de São Paulo e, em São Paulo, foi fundamental na formulação de políticas de saúde no nível estadual e formação de profissionais ao longo das décadas seguintes. Geraldo Horácio de Paula Souza e Francisco Borges Vieira foram os primeiros bolsistas indicados da Fundação Rockefeller para o primeiro curso de Higiene e Saúde Pública, ministrado pela recém-inaugurada School of Hygiene and Public Health, da Universidade Johns Hopkins e, de volta ao Brasil, o primeiro assumiu a direção do Instituto de Higiene em 1922 e implantou novas metodologias na higiene e na saúde pública. Em 1925, o Instituto de Higiene de São Paulo iniciou um programa acadêmico independente e garantiu espaço nas pesquisas sanitárias e na formação de pessoal em saúde pública. No início dos anos 1940, o Instituto de Higiene havia diplomado 49 sanitaristas, 466 educadoras sanitárias e 45 nutricionistas e certificado 49 outros médicos que seguiram seus cursos de emergência ou intensivos. Em 29 de novembro de 1945, em sessão magna da congregação, instalou-se a Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Na continuidade e com a nomeação atual de Faculdade de Saúde Pública a instituição tem desenvolvido projetos de formação de sanitaristas ao longo do século XX e, com o curso de Bacharelado de Saúde Pública, iniciado em 2010, renova a sua perspectiva de qualificação de profissionais de saúde pública para os desafios do século XXI.

A saúde pública é um campo de saberes e práticas, relacionado às dimensões coletivas da saúde, incluindo o processo saúde-doença em seus aspectos biológicos, históricos, políticos, sociais, econômicos, culturais, demográficos, epidemiológicos e ambientais; bem como a formulação de políticas e organização de serviços que atendam às necessidades de saúde dos diferentes grupos populacionais, englobando ações de prevenção de doenças ou agravos e de promoção, recuperação e reabilitação da saúde.

A Constituição Brasileira veio estabelecer as bases e diretrizes para um novo ordenamento do Estado Brasileiro nas mais diversas dimensões, de natureza política, jurídica, econômica e social. Dentre as mais importantes, estão as transformações que vêm ocorrendo no âmbito da Seguridade Social. Neste sentido, a Constituição, que prima pela busca da cidadania e solidariedade, define que a saúde da população é um dos objetivos básicos da Seguridade Social, além da Assistência Social e da Previdência Social. Pela primeira vez, uma constituição brasileira dedica um espaço para a Saúde – Capítulo II Seguridade Social – Seção II – Saúde e um artigo ao Meio Ambiente (art. 225). Na seção Saúde, foram estabelecidos os artigos que orientam e determinam o ordenamento para o Setor Saúde, destacando Saúde em uma concepção ampla, como direito do cidadão e dever do Estado.

O processo de unificação e descentralização do sistema de saúde agregou as operações e atividades de promoção, prevenção e recuperação da Saúde, passando a exigir novas competências dos profissionais. Esse campo está se tornando cada vez mais complexo, principalmente nas últimas décadas, em função do desenvolvimento da esfera dos direitos, da emergência das questões ambientais e da intensificação do fenômeno da globalização e seus impactos sobre a saúde.

Novas questões e demandas passam a fazer parte do quadro da saúde das populações, sobretudo, aquelas geradas pela crescente urbanização brasileira, que tem levado à profunda mudança do perfil epidemiológico das populações. Observa-se declínio das taxas de mortalidade por doenças transmissíveis, aumento relativo por doenças crônicas degenerativas e por causas externas, re-emergência de doenças transmissíveis como a dengue e a febre amarela e surgimento de novas doenças, como gripe H1N1 e aviária. Tais fenômenos ganham maior complexidade tendo em vista as desigualdades sociais marcantes no contexto nacional.

O Sistema Único de Saúde (SUS) - política de Estado pautado pelo Movimento de Reforma Sanitária e apoiado no princípio de direito universal à saúde, presente na Constituição Brasileira de 1988 - tem se organizado em seus diversos níveis de atenção para o enfrentamento das complexidades no que concerne a saúde das populações.

Esta complexidade se configura por um dinâmico quadro epidemiológico que exige o domínio de conhecimentos específicos para o desenvolvimento de ações de controle das doenças transmissíveis e a maior compreensão das doenças crônicas degenerativas, de modo a possibilitar o desenvolvimento de ações de promoção e proteção à saúde. Essa complexidade exige também uma forte formação humanista em assuntos relativos à sociedade contemporânea.

Os cursos de graduação em saúde pública representam uma aposta no processo de formação de profissionais qualificados para o enfrentamento de tais desafios. Com o crescimento e complexificação do campo, tanto no plano dos saberes como das práticas, a formação de profissionais e pesquisadores para a saúde coletiva somente através de cursos de pós-graduação (*latu* ou *stricto sensu*) não é suficiente para oferecer uma formação generalista sólida. As especializações, por exemplo, por sua curta duração, oferecem um olhar panorâmico. Os mestrados e doutorados propiciam o aprofundamento do olhar e do saber, mas em áreas específicas, independentemente da formação de graduação prévia. A graduação em saúde pública se constitui em uma sólida formação para sanitaristas que poderão inserir-se no mercado de trabalho prontamente ou seguir adiante na formação pós-graduada.

Objetivo do curso

Formar um profissional com sólido conhecimento técnico-científico, capaz de atuar efetiva e eticamente nos diferentes lócus de atuação que a saúde pública comporta.

Perfil dos graduandos

O graduando em saúde pública deve possuir uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva no campo da saúde pública ou saúde coletiva. Sua formação deve incorporar conhecimentos nas áreas de interface e de determinação da situação de saúde, tais como ciências biológicas, ciências humanas e sociais, epidemiologia, política e gestão em saúde, ciências ambientais, de modo a desenvolver as seguintes competências:

1. Competência: **Compreender o processo de produção dos principais agravos à Saúde.**

Desempenhos:

- Emprega conceitos das diferentes áreas de conhecimento para compreender a gênese e a caracterização dos agravos à saúde e seus diferentes contextos;
- Identifica os principais agravos à saúde das coletividades;
- Utiliza informações biológicas, demográficas, epidemiológicas, ambientais e sociais com base em métodos estatísticos, epidemiológicos e de pesquisa social, assim como informações referentes às dimensões simbólicas e sociais da saúde.

2. Competência: **Formular e implementar políticas de saúde**

Desempenhos:

- Analisa a conjuntura e identifica atores implicados na produção da saúde, reconhecendo interesses e valores antagônicos, complementares ou sinérgicos;
- Constrói, negocia e desenvolve políticas de saúde coerentes com diferentes contextos e orientadas pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade;
- Utiliza dispositivos para promover a participação e a co-responsabilização dos diferentes atores sociais na formulação e implementação das políticas de saúde;
- Articula segmentos e atores na perspectiva da intersetorialidade para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida dos diferentes grupos populacionais;
- Monitora e avalia a implementação das políticas de saúde.

3. Competência: **Desenvolver, implementar e gerenciar sistemas de informação em saúde (no âmbito da gestão, da saúde coletiva e da saúde ambiental)**

Desempenhos:

- Conhece e maneja os diferentes sistemas de informação demográfica e em saúde;
- Domina recursos para desenvolver raciocínio lógico, observação, interpretação e análise crítica de dados e informações;

- Conhece ferramentas computacionais que permitam dialogar com os profissionais que produzem solução de problemas em Sistemas de Informação.

4. Competência: **Propor e recomendar ações de promoção à saúde, de prevenção, monitoramento e controle de riscos ambientais, doenças e agravos à saúde no âmbito coletivo.**

Desempenhos:

- Detecta mudanças nos riscos sanitários em seus aspectos sociais, de produtos, serviços e do ambiente que interfiram na saúde humana;
- Utiliza diversas fontes de informação para analisar as situações de risco sanitário;
- Identifica e caracteriza a população envolvida;
- Implementa medidas de prevenção e controle das situações de risco coletivo de doenças e agravos;
- Executa ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Implementa medidas de prevenção e controle das situações de riscos ambientais;
- Apoia e assessora os processos de regulação ambiental;
- Planeja e desenvolve ações de promoção à saúde, educação e comunicação social para a saúde levando em conta as referências socioculturais dos grupos envolvidos;
- Colabora na definição de formas de enfrentamento de agravos à saúde por parte dos diferentes grupos populacionais.

5. Competência: **Administrar, gerenciar, monitorar e avaliar sistemas, serviços e programas de saúde e de saúde ambiental em diferentes âmbitos.**

Desempenhos:

- Realiza análise constante do contexto externo, identificando oportunidades e obstáculos para a gestão em saúde e em vigilância sanitária e ambiental;
- Define estratégias e ações de saúde orientadas à integralidade e adequadas a diferentes espaços, contextos;

- Define estratégias e ações de gestão do trabalho em saúde;
- Favorece a interação e o trabalho em equipe e a articulação em rede de diferentes equipamentos de saúde;
- Promove avaliação constante do processo de trabalho, bem como ações de educação permanente junto às equipes;
- Gerencia recursos físicos, materiais e financeiros da saúde;
- Avalia estratégias e ações locais, regionais e nacionais de saúde;
- Apoia e assessora os processos de regulação no setor saúde.

Estrutura e dinâmica curricular

O curso de graduação em saúde pública está organizado por meio de cinco eixos que fornecem as bases para a compreensão das diferentes dimensões do processo-saúde doença e das formas de intervenção e cuidado em saúde. São os seguintes eixos: Ciências da Vida; Ciências Humanas e Sociais; Epidemiologia, Bioestatística e Sistemas de Informação em Saúde; Políticas Públicas, Planejamento e Gestão; Meio Ambiente e Saúde Pública. A estrutura dos eixos é disciplinar, supondo uma integração longitudinal temática entre as diferentes disciplinas.

O curso é realizado no período vespertino, com duração mínima de oito semestres. As disciplinas obrigatórias perfazem um total de 2220 horas, distribuídas entre os cinco eixos supramencionados. Além disso, o curso oferece disciplinas eletivas do terceiro ao sétimo semestre, das quais os estudantes devem cumprir 210 horas. O curso também abre possibilidades de ampliação da formação por meio de disciplinas optativas livres nas diferentes áreas de saber, de acordo com sua vocação. Os estudantes devem também cumprir 105 horas em disciplinas optativas livres.

Existem também, ao longo dos sete primeiros semestres do curso, atividades integradas que, através do desenvolvimento de atividades práticas, oferecem aos estudantes a oportunidade de articular os saberes adquiridos por meio da aproximação dos problemas e questões que o campo da saúde proporciona. As atividades integradas estão organizadas segundo os seguintes temas: Conceito de Saúde segundo diferentes atores e contextos; Produção Social da Saúde em diferentes territórios; Sistemas de Informação e

diagnóstico epidemiológico em diferentes territórios; Vigilância Epidemiológica; Gestão em Saúde; Saúde Ambiental; Vigilância em Saúde.

O oitavo semestre está dedicado à realização de estágios obrigatórios, organizados em três disciplinas: Estágio Curricular Supervisionado I (ênfase em gestão); Estágio Curricular Supervisionado II (ênfase em epidemiologia); Estágio Supervisionado III (eletivas). Os estágios são realizados em serviços da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, em Conselho de Secretarias Municipais de São Paulo, em diversas Secretarias Municipais de Saúde de São Paulo, em serviços de Administrações Regionais de São Paulo, ONG's, CETESB, em serviço de saúde como Serviço Especial de saúde de Araraquara, Centro de Saúde Paula Souza, entre outros. A carga horária a ser cumprida pelos estágios obrigatórios é de 690 horas.

Eixos Curriculares e Atividades de Práticas

O currículo está organizado segundo cinco grandes eixos temáticos:

- I. ***Ciências da Vida***: inclui disciplinas que permitem o conhecimento da gênese, história natural e evolução dos agravos à saúde, tanto os transmissíveis como os não transmissíveis e que constituem a base técnica dos programas de prevenção e controle de doenças;
- II. ***Ciências Humanas e Sociais***: engloba disciplinas que abordam a dimensão sociocultural do processo saúde-doença e discutem o caráter histórico e político do campo da saúde;
- III. ***Epidemiologia, Bioestatística e Sistemas de Informação em Saúde***: fornece tanto aspectos instrumentais para a produção e análise de dados com intuito de identificar problemas e agravos à saúde da população e seus determinantes, quanto elementos analíticos para avaliação de programas e serviços de saúde;
- IV. ***Políticas Públicas, Planejamento e Gestão em Saúde Pública***: as disciplinas fornecem elementos para a discussão crítica e formulação das políticas públicas em saúde, bem como de processos para seu desenvolvimento (gestão, planejamento, avaliação etc.);

v. **Meio Ambiente e Saúde Pública:** neste conjunto de disciplinas, discute-se a relação saúde e ambiente numa perspectiva crítica, incluindo conhecimento e avaliação impactos do ambiente e do trabalho sobre a saúde e o desenvolvimento de estratégias e ações de intervenção socioambiental.

Há ainda dois grandes blocos de atividades (organizados em disciplinas) que propiciam a vivência dos estudantes em diversos campos de práticas:

VI. **Atividades Integradas:** são o espaço de prática do curso, no qual por meio da vivência de situações concretas os estudantes têm a possibilidade de articular, aplicar e atualizar os conhecimentos adquiridos do primeiro ao sétimo semestre. Estão organizadas tematicamente: conceito de saúde (primeiro semestre); produção social da saúde em diferentes territórios (segundo semestre); informações em saúde e diagnóstico epidemiológico em diferentes territórios (terceiro semestre); vigilância epidemiológica (quarto semestre); gestão (quinto semestre); gestão ambiental (sexto semestre); proteção e vigilância em saúde (sétimo semestre).

VII. **Estágio Curricular:** permite ao aluno vivenciar o trabalho realizado nos diversos serviços de saúde pública ou ainda em serviços que apresentem uma forte interface com a saúde pública, completando sua formação e seu conhecimento sobre o campo de práticas da saúde pública.